

A TEORIA DO CONHECIMENTO E A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

Haudrey Germiniani Calvelli

Pesquisadora Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero/UFV
haudreyg@hotmail.com

Maria de Fátima Lopes

Professora UFV- Coordenadora do NIEG/UFV

INTRODUÇÃO

A crítica ao racionalismo começa a se delinear a partir do século XIX nas obras dos filósofos Kierkegaard e Nietzsche: Para esses pensadores o conhecimento não passa de uma interpretação e de uma atribuição de sentidos, jamais uma explicação da realidade. Mais tarde filósofos como Foucault, Derrida, Lyotard, e Baudrillard e Paul Ricoeur decretam a crise da razão e da ciência européia ao enfatizarem que todo o conhecimento é parcial e provisório. Suas ideias apontam para uma nova produção do conhecimento e decretam como ultrapassada a figura do cientista isolado em seu gabinete, testando seu método acabado na realidade empírica, livre das emoções desviantes do contato social, mas um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo com pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto. Define-se, portanto, um campo e uma forma de produção de conhecimento que critica o modo dominante de fazer ciência.

A epistemologia feminista segue este caminho ao criticar os aspectos particularista, ideológico, racista e sexista da ciência ocidental. A produção do conhecimento ocorre, tradicionalmente, a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-primeiro-mundo. As noções de objetividade e neutralidade são impregnadas por valores masculinos. Para a epistemologia feminista o sujeito do conhecimento deve ser considerado como efeito das determinações culturais, inserido em um campo complexo de relações sociais, sexuais e étnicas. Os critérios de objetividade e neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, ao ser incorporado um modo feminista de pensar que assume a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva do conhecimento. Desta forma, abandona-se a pretensão de

ser a objetividade e a neutralidade, herdadas do positivismo, como única válida de construção o conhecimento.

A TEORIA DO CONHECIMENTO: UMA BREVE SÍNTESE

A Teoria do conhecimento é a parte da filosofia que estuda as relações entre sujeito e objeto no ato de conhecer. Através de uma síntese iremos traçar um panorama de algumas das ideias filosóficas que constituíram a elaboração da teoria do conhecimento na cultura ocidental (HESSEN, 1968). Desta forma, podemos afirmar que reflexões filosóficas acerca do conhecimento racional surgiram na Grécia Antiga quando ocorreu a passagem da cosmogonia (mito) para a cosmologia (logos).

Assim, desta forma o mundo deixa de ser explicado somente através da consciência mítica e passa a ser explicado através da razão, isto é, inaugura-se a filosofia que em seu nascimento busca alcançar o conhecimento intelectual através de explicações oriundas do próprio mundo.

A filosofia Grega ou Antiga pode ser dividida em dois períodos de acordo com as suas preocupações investigativas: O primeiro período denominado Pré-Socráticos, quando a investigação voltava-se para as questões externas ao homem, ou seja, a origem e transformação da natureza e o segundo denominado Pós-Socrático ou Antropológico quando a investigação voltava-se para as questões internas ao homem, principalmente questões sobre a ética e a vida em sociedade.

No período Pré-socrático o filósofo Heráclito ao elaborar questões sobre o conhecimento afirma que tudo flui e incorpora as contradições ao apreender a realidade na sua mudança no seu *dever*, ou seja, na *luta dos contrários*: desta forma, intuiu a lógica dialética que nos revela que o processo do conhecimento ocorre nas oposições realizadas entre a tese e a antítese.

Por outro lado, para o filósofo Parmênides: ser é imóvel, isto é, é necessário que ocorra identidade entre o ser e o pensar. Para o ele as coisas que existem fora de mim são idênticas ao meu pensamento, e o que eu não conseguir pensar não pode ser na realidade.

No Período Pós-Socrático temos a colaboração para a teoria do conhecimento dos sofistas e de Sócrates. Para os sofistas a verdade é uma construção humana e ao afirmar que “O homem é a medida de todas as coisas” pretende-se exaltar a capacidade de construir a verdade.

Sócrates, no entanto aponta para outra direção ao tratar do conhecimento, a sua filosofia busca o logos, ou seja, os conceitos. Para tanto ao enunciar reflexões como “O que é a justiça em

si”, ele estava em busca do universal que representa o conceito de justiça. Assim para ele a verdade como também o conhecimento são universais e não relativos ao homem como defendiam os sofistas. Ainda nesta mesma perspectiva temos as contribuições de Platão que ao fazer as distinções entre o “mundo dos sentidos”- como efêmero e enganoso – em relação ao “mundo das ideias” - como verdadeiro e eterno-, estabeleceu que o conhecimento abstrato é universal, desta forma, superior ao conhecimento empírico. No entanto, a concepção platônica será criticada por Aristóteles que julga que Platão se ateve em demasia ao mundo das ideias e não se ocupou da importância do conhecimento da realidade. Para Aristóteles a explicação científica é verdadeira no sentido de correspondência exata com a realidade.

Assim, como podemos observar a teoria do conhecimento elaborada pelos gregos é marcada por uma oscilação entre a razão e os sentidos. Sendo marcadas, ambas as perspectivas, pela busca de um pensamento racional e sistematizado. Como podemos observar, a filosofia grega nos revela uma visão androcêntrica do conhecimento ao excluir a participação de mulheres na elaboração do conhecimento.

No entanto, a participação feminina na elaboração da teoria do conhecimento ficará ainda mais excluída do pensamento filosófico no período medieval. A filosofia medieval pode ser caracterizada por uma subordinação a Igreja Católica, instituição detentora de grande parte do conhecimento produzido na antiguidade Greco-romana como também provedora da educação durante séculos.

A Idade Média, apesar de ser considerada um período em que a teoria do conhecimento estava atrelada aos dogmas Católicos, sendo portanto, o conhecimento associado a revelação de Deus, no século XIV, o filósofo Guilherme de Orkham com suas ideias realiza uma ruptura com o quadro medieval ao valorizar a experiência na elaboração dos conceitos “universais” (indução), ele coloca o indivíduo como sujeito; ocupando um papel de “protagonista” na trama política e do conhecimento

Na Idade Moderna inverte-se o pólo de atenção, centralizando no sujeito a questão do conhecimento. Questões como: O que é o conhecimento? Ocorre o conhecimento quando o pensamento que o sujeito tem do objeto concorda com o objeto. Mas qual é o critério para se ter certeza de que o pensamento concorda com o objeto? Quais são os critérios, as maneiras, os métodos que o homem pode recorrer para saber se um conhecimento é ou não é verdadeiro? Sendo as soluções para essas questões fornecidas por duas correntes da modernidade o Racionalismo e o Empirismo.

O Racionalismo elaborado René Descartes (1596-1650) a partir da famosa frase “*Cogito, ergo sum*” parte do princípio de a verdade está enraizada no bom uso da razão. Desta forma, a razão humana, têm o poder de separar o verdadeiro do falso pelo emprego do bom-senso. Por outro lado, o Empirismo dos ingleses: Francis Bacon, John Locke e David Hume enfatizam o papel da experiência sensível no processo do conhecimento. Como mostra Bacon “A melhor demonstração é, de longe, a experiência, desde que se atenda rigorosamente no experimento”

Mais tarde Immanuel Kant (1724-1804) com sua obra “*Crítica da Razão Pura*” questiona a possibilidade de uma razão pura independente da experiência. E elabora seguinte questão: Qual é o verdadeiro valor dos nossos conhecimentos e o que é conhecimento? Kant coloca a razão em um tribunal ao julgar o que pode ser conhecido legitimamente e que tipo de conhecimento não tem fundamento. Assim, Kant supera a dicotomia racionalismo-empirismo propondo a “revolução copernicana” no âmbito do conhecimento. Kant afirma que para conhecer as coisas, precisamos ter delas uma experiência sensível; mas essa experiência não será nada se não for organizada por formas da nossa sensibilidade as quais são a priori, ou seja, anteriores a qualquer experiência. Isto é, o conhecimento não é reflexo do objeto exterior: é o próprio espírito que constrói o objeto do seu saber.

A filosofia Pós-Kantiana através da crítica da razão pura deu origem a duas linhas divergentes: o Realismo: materialistas e positivistas e o Idealismo: Influenciado pelo Romantismo Alemão. A partir das reflexões fomentadas pelo Idealismo temos o surgimento da Fenomenologia que defende que o objeto só existe para um sujeito que lhe dá significado e dos antipositivistas, adeptos da distinção entre ciências humanas e ciências naturais.

Desta forma, a crítica ao racionalismo inicia-se no século XIX nas obras dos filósofos Kierkegaard e Nietzsche. Ambos atribuem papel da subjetividade na produção do conhecimento. Para eles o conhecimento não passa de uma interpretação, de uma atribuição de sentidos, ou seja, não é possível uma explicação da realidade.

Filósofos como Foucault, Derrida, Lyotard, e Baudrillard e Paul Ricoeur entre outros, ao enfatizarem que todo o conhecimento é uma construção, decretam a crise da razão e da ciência européia, atribuindo a todo conhecimento o caráter parcial e provisório. Estabelecendo assim, uma ruptura com a visão mecanicista do mundo uma herança cartesiana.

Desta maneira, pode-se dizer que na contemporaneidade surgem novas epistemologias, pautadas por outras ideias de produção do conhecimento. São marcadas por uma inserção diferenciada do sujeito do conhecimento, não o cientista isolado em seu gabinete, testando seu

método acabado na realidade empírica, livre das emoções desviantes do contato social, mas um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto, reafirma-se a idéia de que o caminho se constrói caminhando e interagindo.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

As formulações dos “filósofos da diferença”, como Foucault, Deleuze, Lyotard, Derrida, entre outros, como são denominados converge na mesma direção que a crítica feminista em relação ao modo dominante de produção do conhecimento. Alguns dos principais pontos da crítica feminista à ciência denunciam o caráter particularista, ideológico, racista e sexista da produção do conhecimento na sociedade ocidental. Assim sendo, A produção do conhecimento ocorre, tradicionalmente, a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-primeiro-mundo. As noções de objetividade e neutralidade são impregnadas por valores masculinos (RAGO, 1998).

A teoria feminista e os “filósofos da diferença” chamam a atenção para o fato de que o sujeito do conhecimento deve ser considerado como efeito das determinações culturais, inserido em um campo complexo de relações sociais, sexuais e étnicas. Desta forma, objetividade e neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra.

Uma das colaborações da teoria feminista para se pensar sobre a epistemologia, principalmente, no campo das ciências humanas, e a categoria gênero que é boa para pensar o sujeito do conhecimento. Essa categoria desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivos das diferenças sexuais (SCOTT, 1991). A partir da perspectiva de gênero ocorre uma valorização da cultura, como aponta Foucault “se o sujeito não cria o mundo, apropria-se deste e lhe proporciona múltiplos significados”

A epistemologia feminista ou ainda um modo feminista de pensar sinaliza para questionamento da produção do conhecimento como processo racional e objetivo para atingir a verdade pura e universal. Ainda visa incorporação da dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva do conhecimento. Na tentativa de abandonar a pretensão de ser a única forma de construir o conhecimento, além de abrir campo para novos temas, novos objetos, novas questões como a sexualidade, emoção, loucura, prostituição, estudos sobre o homem.

A teoria feminista aponta também para a estreita relação existente entre ciência e poder e ainda para o fato de as mulheres não terem sido mencionadas em grande parte da história do conhecimento. Segundo Elizabeth Grosz (2006, p.206): “A amnésia, o esquecimento das contribuições das mulheres na produção do conhecimento, é estratégia e serve para assegurar as bases patriarcais do conhecimento.”

Por fim, o que se pretende a partir destas reflexões acerca da teoria do conhecimento e a epistemologia feminista e a possibilidade de tecer uma nova discussão capaz de levar em conta os fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos da crítica feminista à teoria social. Apontar para a maneira como se constrói a teoria feminista contemporânea e em que medida ela pode ostentar o estatuto de teoria. Isso aponta também para outra questão que é o necessário mapeamento acerca das relações de gênero e a ciência, partindo de uma questão inicial, mas imprescindível nos termos de Londa Schienbinger (2001): teria o feminismo, ou os feminismos, mudado a ciência? Até que ponto saberes localizados oferecem a dimensão da ciência para o feminismo? (LOPES, 2009).

Portanto, a questão das epistemologias feministas se apresenta como consistentes na medida em que se desenvolve em processo de diálogo com o aparato científico da modernidade e das teorias pós-modernas. Essa reflexão nos revela uma riqueza teórico-metodológica importante para a história do pensamento das ciências humanas. Ainda é necessário elaborar um esboço crítico do desenvolvimento do projeto feminista nas tradições disciplinares na academia; a crítica feminista à ciência; e incursionar pelos atuais debates das epistemologias feministas (HARDING,1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GROSZ, Elizabeth. 2006. *Bodies and Knowledges: Feminism and the Crisis of Reason*”, in L. Alcoff e E. Potter.

HARDING, Sandra. 1993. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.” *Revista Estudos Feministas* 1 (1).

HEILBORN, M. L. 1999. ”Comunicação Corporal, Comunicação Verbal: Trajetórias Sexuais no Brasil e na França”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23, 1999, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS.

JAGGAR, Allison M. 1997. “Amor e Conhecimento: a emoção na epistemologia feminista.” In JAGGAR & BORDO *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos. P157-185.

- KELLER, Evelyn Fox. “Qual foi o impacto do feminismo na ciência?” *Cadernos. Pagu.*, Campinas, n. 27, 2006.
- KOFES, Suely, 2001 *Uma Trajetória em Narrativas*. Campinas, SP. Mercado de Letras.
- LAQUEUR, T. 1987. “Orgasm, Generation and the Politics of Reproductive Biology”. In:
- LAQUEUR, T. & GALLAGHER, C. *The Making of the Modern Body: Sexuality and Society in the 19th Century*. Berkeley. University of California Press.
- LAURETIS, T. 1994. “A Tecnologia do Gênero. In: HOLANDA; H.B. (org). *Tendências e Impasses : O Feminismo como Crítica da Cultura*”. Rio de Janeiro: Rocco. P.206-242.
- LINTON, Rhonda, 1997. “Rumos a um método feminista de pesquisa” in JAGGAR &
- LOPES, M. F. Barletto M, Bevilacqua, P., Silva, A., Calvelli H. G. *Academia e Construção do Conhecimento: As Mediações de Gênero nos Cursos de Economia Doméstica, Medicina Veterinária e Pedagogia, na Universidade Federal de Viçosa. Projeto de pesquisa desenvolvido pelo NIEG/UFV, 2009.*
- BORDO *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos. P 293- 314.
- MARTIN, Emily. “The Egg and the Sperm. How science has constructed a romance based on male-female roles.”. University of Chicago. *SIGNS. Journal of women in culture and Society* 16 (31):485- 1991.
- MARTIN, Emily. 1989. “The Cultural Construction of Gendered Bodies: Biology and Metaphors of Production and Destruction.” *Ethnos* v 3-4,
- NARAYAN, Uma. 1997. “O Projeto de Epistemologia Feminista; perspectivas de uma feminista não ocidental.” In JAGGAR & BORDO *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos. P 276-290..
- ORTNER, S. 1979. “Está a Mulher para o Homem, assim como a Natureza para a Cultura?” In: ROSALDO, M. Z. & LAMPHÉRE, L. (org.). *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 254p.
- RAGO, Margareth. 1998. “Epistemologia Feminista: Gênero e História” in PEDRO, J.M & SCHIEBINGER, Londa. 2001. “*Feminismo Mudou a Ciência?*”. Bauru,SP. EDUSC.
- SCOTT, J. 1991. “Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*”, v.16, p. 5-22.pp.